

---

# Resenhas

---

PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio S. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, 254 p.

A obra organizada pelos dois historiadores das relações internacionais da Universidade de Brasília traz o Atlântico Sul para o centro das preocupações relativas à inserção externa do Brasil neste final de século. Área privilegiada para a articulação da política africana do Brasil, a porção atlântica ao sul do Equador é explorada em sua dimensão histórica, em particular em seu conjunto de vínculos e relacionamentos que unem o Brasil a Angola dos tempos do grande comércio de escravos até os desdobramentos das atuais relações bilaterais entre os dois Estados. Os organizadores, no entanto, nos alertam, já na apresentação do livro, que a “riqueza das relações das duas margens do Atlântico” não se reduz à lógica do tráfico atlântico de escravos. Intercâmbios diversificados proporcionaram uma vida bastante mais arrojada e múltipla à convivência de angolanos e brasileiros no Atlântico Sul.

Os autores utilizam a brecha aberta pelos debates acadêmicos em torno dos quinhentos anos da chegada dos portugueses ao Brasil para explorar o ângulo das motivações que tornaram brasileiros, portugueses e angolanos competidores ou colaboradores no espaço atlântico. Vereda de intensa movimentação comercial bem como de intercâmbio de idéias, experimentos políticos e culturais comuns, as rotas do Atlântico são apresentadas nos sete capítulos que compõem a obra como uma área de construção civilizacional. Reivindicam os autores a noção de um espaço de construção civilizacional como, em certa medida, acostumamo-nos a perceber o Mediterrâneo euro-africano.

Há, na obra, duas grandes contribuições à moderna reflexão das relações do Brasil com o continente africano. Em primeiro lugar, verifica-se um novo tratamento para o próprio tráfico angolano de escravos, a partir das inquietações sugeridas nos capítulos escritos por Joseph Miller, José Curto, Rosa da Cruz e Silva e Roquinaldo do Amaral. Em segundo lugar, as sofisticadas análises interculturais, demográficas, urbanísticas e das relações internacionais são propostas nos capítulos produzidos por Selma Pantoja, Fernando Mourão e José Flávio Sombra Saraiva.

Joseph Miller, presidente da associação nacional de historiadores norte-americanos, reafirma sua grande erudição no primeiro capítulo. Autor de uma obra monumental sobre as relações entre Angola e Brasil no período colonial, Miller explora, neste novo texto, a escalada da tensão entre os diferentes interesses que tornaram Angola, no século XVIII, centro da cobiça de mercadores e administradores portugueses, luso-brasileiros e luso-africanos. Da conquista dos

Governadores, passando pela Era dos Contratadores e pela Era Pombalina, Miller desfila o jogo da economia atlântica que leva ao próprio abandono da colônia.

José Curto, em capítulo nutrido de grande originalidade, aborda a luta entre o vinho e a cachaça na Luanda dos séculos XVII e XVIII. A cachaça brasileira, a *gerebita*, associou comerciantes coloniais do Brasil contra os comerciantes capitalistas em Portugal em um intenso embate com conseqüências políticas para Lisboa e o Rio de Janeiro. Durante o século XVIII, a cachaça foi o principal elemento das relações econômicas brasileiras em Angola. Introduzida por volta de 1650 pelos comerciantes coloniais brasileiros que procuravam uma entrada no comércio de escravos no oeste da África Central, a *gerebita* se tornou objeto de competição com o vinho, única bebida alcoólica estrangeira usada antes da primeira metade de 1600, pelos comerciantes portugueses na região.

Selma Pantoja, no capítulo intitulado “Três leituras de duas cidades: Luanda e Rio de Janeiro nos Setecentos”, analisa a obra do autor luso-afro-brasileiro Silva Correa, da *História de Angola*, em especial aquilo que ele chamou de uma grande “miscelânea” urbana. Pantoja parte dessa idéia para desenvolver estudo acerca da configuração espacial e social dos espaços urbanos em Angola e no Brasil. A historiadora angolana Rosa da Cruz e Silva analisa o mesmo século para reavaliar, a partir de documento recém-descoberto no Arquivo Histórico Nacional de Angola, as relações políticas e comerciais entre Benguela, em Angola, e o Brasil.

Dois capítulos da obra são dedicados ao século XIX. O de Roquinaldo do Amaral volta-se ao tráfico ilegal de escravos entre o Brasil e Angola entre 1830 e 1860, com trabalho gráfico e interpretativo das fontes. O seguinte, do decano dos estudos africanos no Brasil, Fernando Mourão, acompanha a evolução de Luanda nos oitocentos, com ênfase em seus aspectos sócio-demográficos em relação à independência do Brasil e ao fim do tráfico.

No capítulo dedicado ao século XX, José Flávio Sombra Saraiva penetra um período particularmente fascinante do relacionamento do Brasil com Angola. Analisando as posições brasileiras diante da crise do colonialismo português em Angola e o polêmico reconhecimento precoce, por parte do governo militar brasileiro, da declaração unilateral de independência pelo movimento de libertação de inspiração marxista – o MPLA –, Saraiva demonstra o ponto culminante da política africana do Brasil nos anos 1970 e prepara a explicação para a permanência de um relacionamento privilegiado que segue, até os dias atuais, entre as elites brasileiras e angolanas.

O grande mérito da obra organizada por Pantoja e Sombra Saraiva é a boa articulação do tempo longo em torno de uma relação bilateral estratégica para o Brasil. Um relacionamento de grande lastro histórico e que enfrentou ao longo do tempo uma série de dificuldades e desinteligências, e que alcança sua maturidade, apesar da guerra infundável em solo angolano, nos dias de hoje. Como lembra

---

Sombra Saraiva “o novo relacionamento com Angola foi consubstanciado nos intercâmbios comerciais e pela retomada das velhas rotas de convivência cultural que haviam animado a vida do Atlântico Sul em períodos anteriores”. Permanece, assim, a grande vocação atlântica do Brasil.

*Amado Luiz Cervo*

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Brasil e o Multilateralismo Econômico*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, 328 p.

Poucos são os trabalhos sobre política econômica externa do Brasil que destacam o papel de entidades como a OCDE ou a UNCTAD no processo de inserção internacional do país. O diplomata e historiador Paulo Roberto de Almeida apresenta neste trabalho um estudo inédito acerca da trajetória do Brasil em foros normalmente negligenciados em obras do gênero, tais como a OCDE e a UNCTAD. O livro aborda, por meio de uma perspectiva histórica, o papel das organizações multilaterais no sistema econômico contemporâneo e como uma ativa interação do Brasil com essas entidades pode facilitar uma melhor inserção internacional do país no cenário da globalização.

Essas relações são vistas em uma perspectiva global e de uma maneira evolutiva, tanto em busca do passado como em uma discussão sobre os problemas atuais da agenda econômica e política do Brasil. A análise faz-se ao abrigo da noção de interdependência, que é o conceito-chave para a compreensão da formação da ordem econômica mundial contemporânea.

Dessa forma, o autor acredita que “... a inserção econômica internacional do Brasil far-se-á de modo mais consentâneo com as necessidades atuais da política econômica externa do país, se plena aceitação da interdependência for incluída na planificação de um futuro imediato...”(p. 20). Nessa linha, não caberia ao Brasil buscar sua inserção econômica internacional em um sentido primariamente “adesista”. Trata-se de um processo de maturação das responsabilidades globais, contemporâneo da própria emergência econômica do país e de sua participação nas grandes correntes da interdependência econômica global.

Para o autor, os ciclos de atividades das economias nacionais são, cada vez mais, determinados pelos equilíbrios externos e pelos vínculos de interdependência que se estabelecem em escala planetária. Em consequência, os governos dos Estados nacionais não mais detêm, no âmbito da vida econômica, o mesmo comando de decisões que eles ainda conservam no quadro do sistema político. Mais adiante, Paulo de Almeida afirma que o conceito de indústria nacional tornou-se um “mito”, na medida em que *Know how*, tecnologia, e, sobretudo, mercados consumidores apresentam-se atualmente em dimensões mundiais.